



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

PROCESSO: 0000810-73.2024.6.22.8000.

INTERESSADO: Núcleo de Apoio Técnico às Contratações de TIC - NATCTIC, da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação - STIC.

ASSUNTO: Final – Dispensa eletrônica - Contratação de serviços - Subscrição de licenças do *software Zoom Meetings* de uso corporativo - Análise.

### **PARECER JURÍDICO Nº 85 / 2024 - PRES/DG/SAOFC/AJSAOFC**

#### **I – DO RELATÓRIO**

**01.** Trata-se de processo administrativo instaurado pelo Núcleo de Apoio Técnico às Contratações de TIC - NATCTIC, da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação - STIC, visando à contratação de **solução de videoconferência pela Internet**. No Documento de Formalização da Demanda - DFD, em consonância com o PAC 2023 da STIC.

**02.** Após instrução inicial, o processo foi objeto de análise desta unidade que, por meio do Parecer Jurídico nº 68/2024 ([1147973](#)), concluiu:

*I - Conclui pela regularidade e observância dos requisitos formais dos documentos que integram a fase de planejamento da contratação da SOLUÇÃO DE TIC - Subscrição de licenças do software Zoom Meetings (uso corporativo), na forma prevista pelo art. 72 da Lei nº 14.133/2021, nas regras e diretrizes da Resolução CNJ nº 468/2022 e, ainda, nas disposições aplicáveis da Instrução Normativa TRE-RO nº 9/2022;*

*II - Dada a notícia de pluralidade de fornecedores autorizados pela fabricante do aplicativo ZOOM para comercializar o produto no Brasil, cuja seleção se dará apenas pela disputa de preços entre os classificados e habilitados à prestação dos serviços, nos limites dos valores de dispensa de licitação estabelecidos pelo art. 75, II, da Lei nº 14.133/2021, pela possibilidade de a contratação pretendida ser processada por meio da DISPENSA ELETRÔNICA disciplinado pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 67/2021, na forma sugerida pela EPC e, ainda, com fundamento no art. 28, § 1º da Instrução Normativa TRE-RO nº 9/2022;*

*i. Registra-se, por oportuno, que o objeto da pretensa contratação é idêntico ao da relação jurídica contratual atualmente em vigor, conforme depreende-se dos autos do processo [0003219-90.2022.6.22.8000](#), muito embora com sua execução paralisada e em vias de desfazimento por razões de descumprimento das obrigações contratuais perpetradas pela contratada, as quais foram devidamente comprovadas pela gestão e fiscalização contratual ([1127097](#)) ([1129271](#)) e ratificada a possibilidade de extinção contratual unilateral pretendida pela Administração por meio do Parecer Jurídico nº 55/2024 ([1143642](#)).*

*Conforme já apontado no item 7 deste parecer, a programação orçamentária da despesa foi juntada ao processo no evento ([1145222](#)), oportunidade em que a SPOF registrou, em ambos, que: "Em cumprimento ao disposto no art. 16, II, c/c o § 4º, I do mesmo art., ambos da LC nº 101/2000 – LRF, informa-se que a despesa pretendida pela Administração está adequada e compatível orçamentária e financeiramente com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano*



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

*plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias referentes a este exercício financeiro."*

**III - Caso autorizada a DISPENSA ELETRÔNICA pelo titular da SOFC, remessa à ASLIC, na forma do item 15, "b", do ANEXO VIII da IN TRE-RO nº 9/2022 para o processamento, com o registro, divulgação, operacionalização, julgamento da proposta, habilitação e elaboração de relatório e continuidade da tramitação conforme itens 18 e seguintes.**

*Registra-se que há modelo padronizado de aviso de dispensa eletrônica (evento [0925036](#)) aprovado no âmbito deste Tribunal pela **Portaria 435/2022-DG** ([0926736](#)), situação que dispensa a análise desse documento por esta unidade jurídica (§ 5º, art. 53, Lei nº 14.133/21).*

**48. Consoante informação constante do evento ([1147934](#)) e na forma do art. 4º da Lei nº 14.133/2021 c/c a parte final do art. 49, IV, da LC nº 123/2006, a presente dispensa eletrônica será destinada exclusivamente às microempresas e empresas de pequeno porte (art. 6º, I, da IN SEGES/ME nº 67/2021).**

**49. Por fim, de acordo com o que já exposto neste parecer, faz-se necessário reiterar os seguintes registros para orientação das unidades responsáveis por contratações de Soluções de TIC, para os quais a SAC deverá observar com rigor:**

***I - Quando do processamento de contratações de SOLUÇÕES de TIC, com valores atualizados estimados dentro dos patamares de dispensa legal, previstos no art. 75, II, da Lei nº 14.133/2021, em cumprimento ao § 1º do art. 1º da Resolução CNJ nº 468/2022, observe o seguinte procedimento:***

*i. verifique inicialmente a real necessidade de formação de equipe de planejamento da contratação, estudo técnico preliminar, mapa de riscos e equipe de Gestão e Fiscalização de contrato;*

*ii. caso não seja, adotar o procedimento simplificado estabelecido pela Instrução Normativa TRE-RO nº 9/2022, o qual elenca como obrigatório apenas:*

*a) o Documento de Formalização de Demanda (DFD)/Solicitação de Contratação - que no caso de soluções de TIC será **sempre** substituído pelo Documento de Oficialização de Demanda (DOD), ARTEFATO I do Guia de Contratações de TIC do Poder Judiciário,*

*b) a informação conclusiva do valor estimado da despesa; e*

*c) e do termo de referência; estes dois últimos, respectivamente, anexos V e VI da IN TRE-RO nº 9/2022;*

***II - Seja utilizado Exclusivamente o modelo do ETP que integra o Guia de Contratações de TIC do Poder Judiciário. Caso exista algum elemento que não se aplique à contratação pretendida ele poderá ser afastado, desde que a unidade justifique o afastamento.***

**03. Pelo Despacho nº 841/2024 ([1150423](#)), o Secretário da SAOFC acolheu as conclusões do referido parecer jurídico, autorizou à contratação por meio de **DISPENSA ELETRÔNICA** e encaminhou o processo à ASLIC, para o processamento, com o registro, divulgação, operacionalização, julgamento da proposta, habilitação e elaboração de relatório e continuidade da tramitação, de acordo com [item 15, "b", do ANEXO VIII da IN TRE-RO nº 9/2022](#).**



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**04.** A ASLIC trouxe ao processo o Aviso de Dispensa Eletrônica nº 90005/2024 ([1150575](#)), com as regras da contratação, devidamente divulgado e publicado, conforme documentos comprobatórios juntados no evento [1150576](#).

**05.** Vieram aos autos os seguintes documentos extraídos do certame:

**a)** publicação do aviso da Dispensa Eletrônica no sistema Compras.gov.br e divulgação no site deste Tribunal ([1150576](#));

**b)** extrato de propostas extraído do Portal ComprasGov ([1154341](#));

**c)** proposta e documentos de habilitação da cotante LATAMSUL classificada em primeira lugar ([1154390](#), [1154418](#), [1154421](#), [1154976](#) e [1156477](#));

**d)** manifestação da NATCTIC quanto à aceitação da proposta e da documentação de capacidade técnica ([1154937](#)) da empresa habilitada no certame: LATAMSUL IMPORTAÇÃO SERVIÇOS E COMÉRCIO DE ELETRÔNICOS LTDA - CNPJ 23.692.857/0001-15, no valor de **R\$27.360,000 (vinte e sete mil trezentos e sessenta reais)**;

**e)** extrato do resultado do certame ([1155059](#));

**06.** Por fim, o pregoeiro registrou as principais ocorrências do **certame** em seu Relatório 15/2024, com vistas à apreciação superior, decisão e deliberação quanto à adjudicação e homologação do certame pela autoridade administrativa ([1155060](#)). Assim instruídos, os autos foram remetidos pelo Agente de Contratação a esta Assessoria Jurídica para análise dos atos praticados na licitação ([1155112](#)).

**É o necessário relatório.**

## **II – DA ANÁLISE JURÍDICA**

**07.** Desencadeada a fase externa da competição, nota-se a observância do § 3º do art. 75 c/c art. 174, I, da Lei nº 14.133/2021 e, ainda, do Parágrafo único do art. 6º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 67/2021, dando-se a devida divulgação do aviso da dispensa eletrônica no Portal Nacional de Contratações Públicas, com observância do **prazo mínimo de 03 (três) dias úteis da publicação para o recebimento das propostas**, no qual também a constou a definição do objeto, o valor



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

estimado e a indicação do período no qual seriam recebidas as propostas ([1150575](#)).

**08.** Passa-se à análise dos procedimentos propriamente ditos, tomando-se os elementos constantes dos autos e as principais ocorrências contidas no relatório do Pregoeiro:

**a) propostas comerciais:** Estão registradas no relatório de propostas extraído do sistema ([1154341](#)).

**c) Item deserto:** Não houve;

**d) Cancelados na Aceitação:** Não houve;

**e) Aceitação/negociação:**

Considerando o relatório de ocorrência ([1155060](#)), que tiveram seus dados reproduzidos nos relatórios juntados ao processo pelo agente de contratação, definiu-se o ofertante do menor preço e que atendeu aos requisitos de habilitação para o item objeto do aviso de dispensa eletrônica: **LATAMSUL IMPORTAÇÃO SERVIÇOS E COMÉRCIO DE ELETRÔNICOS LTDA - CNPJ 23.692.857/0001-15**

### **III – CONCLUSÃO**

**10. Por todo o exposto**, trazendo ainda a esta as conclusões do Parecer Jurídico nº 68/2024 ([1147973](#)), esta Assessoria Jurídica opina:

**I** - pela regularidade e observância dos requisitos formais dos documentos que integram a fase de planejamento da contratação da SOLUÇÃO DE TIC - *Subscrição de licenças do software Zoom Meetings* (uso corporativo), na forma prevista pelo art. 72 da Lei nº 14.133/2021, nas regras e diretrizes da Resolução CNJ nº 468/2022 e, ainda, nas disposições aplicáveis da Instrução Normativa TRE-RO nº 9/2022;

**II** - pela **adjudicação** do resultado da Dispensa Eletrônica nº 90005/2024, nos exatos contornos registrados no relatório de propostas extraído do sistema ([1154341](#)), que teve seus dados reproduzidos no relatório juntado ao processo pelo agente de contratação ([1155112](#)), **para adjudicação do seu objeto à cotante LATAMSUL IMPORTAÇÃO SERVIÇOS E COMÉRCIO DE ELETRÔNICOS LTDA - CNPJ 23.692.857/0001-15**, pelo valor total de R\$27.360,000 (vinte e sete mil trezentos e sessenta reais).

**i.** conforme já apontado no **item 7** do Parecer Jurídico nº 68/2024, a programação orçamentária da despesa foi juntada ao processo no evento ([1145222](#)).



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**ii.** conforme anotado no Parecer Jurídico nº 68/2024, **recomenda-se fortemente** que o Núcleo de Apoio Técnico às Contratações de TIC - NATCTIC da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação - STIC **seja cientificado para observar com rigor** as orientações contidas no item 49 do referido parecer, aqui novamente reproduzidas:

*I - Quando do processamento de contratações de SOLUÇÕES de TIC, com valores atualizados estimados dentro dos patamares de dispensa legal, previstos no art. 75, II, da Lei nº 14.133/2021, em cumprimento ao § 1º do art. 1º da Resolução CNJ nº 468/2022, observe o seguinte procedimento:*

*i. verifique inicialmente a real necessidade de formação de equipe de planejamento da contratação, estudo técnico preliminar, mapa de riscos e equipe de Gestão e Fiscalização de contrato;*

*ii. caso não seja, adotar o procedimento simplificado estabelecido pela Instrução Normativa TRE-RO nº 9/2022, o qual elenca como obrigatório apenas:*

*a) o Documento de Formalização de Demanda (DFD)/Solicitação de Contratação - que no caso de soluções de TIC será sempre substituído pelo Documento de Oficialização de Demanda (DOD), ARTEFATO I do Guia de Contratações de TIC do Poder Judiciário,*

*b) a informação conclusiva do valor estimado da despesa; e*

*c) e do termo de referência; estes dois últimos, respectivamente, anexos V e VI da IN TRE-RO nº 9/2022;*

*II - Seja utilizado Exclusivamente o modelo do ETP que integra o Guia de Contratações de TIC do Poder Judiciário. Caso exista algum elemento que não se aplique à contratação pretendida ele poderá ser afastado, desde que a unidade justifique o afastamento.*



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**III - pela homologação do certame pela autoridade competente**, caso adjudicado, pela própria autoridade administrativa, com fundamento no art. 23 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 67/2021;

**11.** Após a decisão da autoridade superior e demais providências para a contratação, deverá ocorrer a divulgação e disposição do público em sítio eletrônico oficial do TRE-RO do ato que autorizou a contratação direta, na forma do Parágrafo único do art. 72 da Lei nº 14.133/2021, além da regular publicação no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP.

**12.** Por derradeiro, registre-se que esta Assessoria Jurídica analisou os aspectos formais e jurídicos da situação a ela submetida, já que incompetente legalmente para pronunciar-se acerca de documentos técnicos juntados ao processo associados à habilitação ou aceitação do objeto.

Ao senhor **Secretário da SAOFC** para fins da manifestação prevista no **item 21 do ANEXO VIII da IN TRE-RO nº 9/2022** e continuidade da tramitação.



Documento assinado eletronicamente por **Mikelle Barros de Santana, Estagiário**, em 02/05/2024, às 13:04, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **JAMIL JANUARIO, Assessor(a) Chefe**, em 02/05/2024, às 13:16, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **1156595** e o código CRC **AE539F89**.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos